

Uma História da Filosofia
33 Meditações de Descartes 2
Por Dr. Arthur Holmes do Wheaton College

Muito bem, vamos ao que interessa. Esta tarde, vamos analisar as Meditações 3 e 4 de Descartes, que, como podem ver, intitulei "Descartes sobre Deus e a Razão Humana". Da segunda meditação, chegamos, na verdade, a duas conclusões.

Uma delas é que eu existo, um ser pensante, e a outra, que é na verdade um corolário disso, é que, como ser pensante, eu tenho todo tipo de ideias, incluindo a ideia de Deus. Ora, se esse for o caso, se tivermos essas duas conclusões, temos, na verdade, duas premissas possíveis para argumentar a favor de qualquer outra coisa, como a existência de Deus. Ainda não temos premissas que nos assegurem a existência de um mundo material ou a ordenação e a finalidade da natureza.

ainda não há possibilidade de argumentos cosmológicos ou teleológicos para a existência de Deus. Tudo o que ele tem para trabalhar é a sua própria existência como um ser pensante e as ideias que ele pensa. E, no entanto, ele descobre que isso é suficiente.

Ele começa por considerar os diferentes tipos de ideias que temos. E existem três tipos de ideias . Algumas ele chama de inatas, embora, como veremos, elas não sejam exatamente inatas no sentido platônico de originárias de uma existência anterior.

São inatas, no sentido de que ideias claras e distintas são inatas, inerentes a nós, surgindo espontaneamente. Existem outras que são adventícias, e você pode ter essa noção pelo termo advento. Elas chegam até você por causas externas.

Ideias que, da nossa parte, são involuntárias. São independentes da minha vontade, ideias involuntárias. São ideias que nos são ensinadas pela natureza.

Essa é outra maneira que ele coloca. Ou seja, no decorrer da experiência, adquirimos essas ideias, aparentemente por causas externas, adventícias. E depois há outras ideias que são factícias, ideias das quais eu sou a causa, e eu, nesse caso, as ideias voluntárias, como a minha ideia de uma girafa fada com asas de borboleta, que eu construí a partir de todo tipo de outras ideias.

Entende ? Então, três tipos de ideias e, na verdade, neste capítulo sobre a existência de Deus, o que ele vai argumentar é que a ideia de Deus não é uma ideia inventada, causada por mim. Ela é, na verdade, involuntária. Portanto, não é inventada.

E, em segundo lugar, ele argumentará que a ideia de Deus não é simplesmente adventícia. No sentido comum, ela é singular porque a ideia de Deus possui o tipo mais pleno de realidade objetiva. Portanto, os dois primeiros desses três pontos de partida para argumentar a existência de Deus têm a ver com a ideia de Deus.

Certo? E a terceira tem a ver com a sua própria existência como um ser pensante. Então, ele vai usar essas duas conclusões, que também surgem da meditação. Ficou claro? Ok.

Agora, deixe-me concentrar-me, então, inicialmente, no que ele tem a dizer sobre a ideia de Deus. Entre minhas várias ideias, diz ele, ideias de animais e todo tipo de coisa, a ideia de Deus parece ser distinta em certos aspectos. Ora, como ele vai afirmar que a ideia de Deus tem uma realidade objetiva, certo, é uma ideia muito realista, ele precisa definir o que é essa ideia.

Nenhuma ideia vaga e indefinida pode ter esse tipo de realidade objetiva. Na verdade, ele parece identificar clareza e distinção. Lembra-se daquele antigo critério para uma concepção intuitiva? Ele parece identificar clareza e distinção com a realidade objetiva de uma ideia.

Certo? Agora, observe que, ao usar a expressão "realidade objetiva", ele está falando de uma qualidade da ideia, não do conteúdo da ideia, porque, em uma teoria representacional do conhecimento, é a ideia que é o objeto imediato do pensamento. Pensamos nossas ideias e as usamos para nos referirmos a coisas externas. Portanto, é a ideia que possui realidade objetiva.

As coisas externas devem ter pelo menos um grau de realidade formal tão grande quanto o grau de realidade objetiva que a ideia possui, o que é outra maneira de dizer que a causa de uma ideia deve ser pelo menos tão grande quanto o seu efeito. Percebe esses paralelos? Veja bem, a ideia é um efeito de algo, causada por algo. A ideia de Deus tem um alto grau de realidade objetiva, tão clara, tão distinta, tão singular.

Portanto, a causa da ideia deve ter pelo menos um grau tão grande de realidade formal, isto é, realidade externa, na natureza das coisas. E essa maneira de falar sobre a realidade formal ser tão grande quanto a realidade objetiva é simplesmente dizer que a causa deve ser pelo menos tão grande quanto o efeito. E se você se perguntar, como nós nos perguntamos ontem, de onde ele tira essa ideia de causa e efeito, sua resposta é simplesmente: "A natureza nos ensina."

E você encontrará essa frase neste capítulo. A natureza nos ensina que a realidade formal deve ser tão grande quanto a realidade objetiva. Ora, se a natureza nos ensina isso, então a ideia de causa e efeito é uma ideia accidental.

É uma ideia que aprendemos ao longo da experiência. Uma ideia que surge da nossa vivência com coisas externas. Que a causa é pelo menos tão importante quanto o efeito.

É uma ideia fortuita. Mas, considerando essa relação de causa e efeito, a relação entre a realidade formal e a realidade objetiva, então, sob essa perspectiva da natureza, certas coisas começam a se seguir. Agora, se vocês consultarem a antologia na página 38, retomaremos a linha de raciocínio, e como é um pouco obscuro à primeira vista, permitam-me destacar os pontos principais.

Acho que devo ter lido essa meditação várias vezes antes de captar algumas dessas ideias. No final da primeira coluna da página 38, ele define a ideia de Deus. A ideia pela qual eu concebo um Deus.

Soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente, criador de todas as coisas que existem fora de si mesmo. Ora, essa é uma concepção bastante bem definida de um ser teísta, veja bem. Eterno, infinito, imortal, soberano, onisciente, onipotente, criador de todas as coisas fora de si mesmo.

Isso, eu digo, certamente possui mais realidade objetiva do que aquelas ideias pelas quais as substâncias finitas são representadas. A principal distinção reside na concepção de um ser infinito em relação a esses atributos. E é evidente pela luz natural, a luz da natureza, que deve haver tanta realidade na causa eficiente e total quanto no efeito.

Pois de onde pode o efeito extrair sua realidade senão de sua causa? E assim por diante. Então, no final do parágrafo 39, ele resume essa linha de raciocínio imediata para sintetizar a conclusão que devo tirar de tudo isso. É esta.

Se a realidade objetiva ou a perfeição de qualquer uma das minhas ideias for tal que me convença claramente de que essa mesma realidade não existe em mim formalmente nem eminentemente, e se, como consequência disso, eu mesmo não posso ser a causa dela, então é uma consequência necessária que eu não esteja sozinho no mundo. Aquele solipsismo de que falávamos da última vez, aquele solipsismo de que eu e somente eu existo, é falso. Existe, além de mim, algum outro ser que existe como a causa dessa ideia de um ser perfeito.

Bem, dentre as minhas ideias, além daquela que me representa, com relação à qual não pode haver dificuldade alguma, já que isso está resolvido, há uma que representa Deus. E ele se concentra novamente no conceito de Deus. Então, muito bem, até aqui, o que ele está fazendo é estabelecer o aparato lógico que irá utilizar.

A noção de realidade objetiva em oposição à realidade formal, a relação de causa e efeito indicando para onde ele pretende chegar com isso. Bem, na metade da página

40, segunda coluna, no parágrafo do meio da página 40, segunda coluna, ele chega à ideia de Deus, definindo novamente, pelo nome Deus, eu entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente, pela qual eu, eu mesmo, e tudo o mais que existe, se é que existe, fomos criados. Ok, essencialmente a mesma definição.

Mas essas propriedades são tão grandiosas, tão excelentes, que quanto mais atentamente as considero, menos me convenço de que a ideia que tenho delas deva sua origem somente a mim. Ora, ele está dizendo aqui, veja bem, que a ideia de Deus que tenho é involuntária. Eu não sou a causa dela.

É absolutamente necessário concluir, portanto, que Deus existe. Pois, embora a ideia de substância esteja em minha mente, devido a isso, ao fato de eu mesmo ser uma substância, eu não deveria ter a ideia de uma substância infinita, visto que sou um ser finito, a menos que essa ideia de uma substância infinita me fosse dada por alguma substância que, na realidade, é infinita. Veja bem, a causa deve ser pelo menos tão grande quanto o efeito.

Bem, e ele continua, no primeiro parágrafo completo do versículo 41, falando da ideia como algo muito claro e distinto. O início do parágrafo seguinte aborda a ideia de um ser supremamente perfeito e infinito no mais alto grau de verdade. Na parte inferior da segunda coluna do versículo 41, Deus é de fato infinito, de modo que nada poderia ser acrescentado à sua perfeição.

Perfeito em todos os aspectos. E ele pergunta como ele mesmo, então pergunta na página 42, como ele mesmo, sendo uma criatura finita, poderia sequer existir. Como é possível que eu, uma criatura finita, possa pensar em um ser infinito? Como isso é possível se não há Deus? Então, para que eu possa pensar nisso, deve haver um Deus que me faça existir e ser capaz de pensar nisso.

Assim, ele reúne essas três noções. Primeiro, a ideia de Deus possui o mais alto grau de realidade objetiva, clareza e distinção. É a ideia de um ser infinito.

Ele aborda o reconhecimento de que a ideia de Deus é involuntária por parte do ser humano. Não poderia tê-la criado por conta própria. E, em terceiro lugar, a existência do próprio ser pensante.

A mente precisa de explicação. E sua conclusão, portanto, surge na parte inferior da segunda coluna de 43. Bem, na parte inferior da segunda coluna.

Ele acabou de descartar seus pais como causa. Portanto, o parágrafo que termina na metade da segunda coluna de 43, é necessário concluir disso que eu sou e possuo a ideia de ser absolutamente perfeito, de Deus, que sua existência é demonstrada com a maior clareza. Eu não a tirei, continua ele, dos sentidos.

Ou seja, não é acidental. Não é uma mera produção ou ficção da minha mente. Não é artificial.

Consequentemente, resta a alternativa de que seja inato, da mesma forma que a ideia de mim mesmo o é. Na verdade, não é de se admirar que Deus, em minha criação, tenha implantado essa ideia em mim para que ela servisse, por assim dizer, como a marca do artífice impressa em sua obra. Nem sempre é necessário que a marca seja diferente da própria obra, mas considerando apenas que Deus é meu criador, é altamente provável que ele, de alguma forma, tenha me moldado à sua própria imagem e semelhança, e que eu perceba essa semelhança, na qual está contida a ideia de Deus, pela mesma faculdade com que me apreendo.

Sim, ao me apreender como uma coisa pensante finita, veja bem, encontro uma imagem da coisa pensante infinita. Deus. O efeito testemunha a causa.

Assim, quando me torno objeto de reflexão, não apenas descubro que sou um ser incompleto e dependente, que incessantemente aspira a algo melhor e maior, como também tenho a certeza de que aquele de quem dependo possui todos os bens aos quais almejo, e Ele é, portanto, Deus. Toda a força do argumento reside nisto: percebo que não poderia ser de tal natureza como sou e, ainda assim, ter em minha mente a ideia de Deus, se Deus não existisse de fato. Este mesmo Deus, cuja ideia está em minha mente, sendo com todas essas sublimes perfeições, das quais a mente pode ter uma vaga concepção, sem, contudo, ser capaz de compreendê-las plenamente, é totalmente superior a qualquer defeito.

Portanto, fica suficientemente evidente que ele não pode ser um enganador, visto que é um princípio da luz natural que toda fraude e engano brotem de alguma falha. E sua conclusão, portanto, não é simplesmente que Deus existe, seu criador, e, consequentemente, a causa da ideia de Deus, mas que o Deus que existe é um ser perfeito que não engana, não poderia ser um enganador. E nessa última frase, ele acrescenta uma afirmação adicional da qual dependerá a quarta meditação.

Isso vai depender da hipótese, que faz parte das considerações céticas iniciais na meditação um, de que talvez Deus esteja nos enganando, ou que haja algum ser maligno nos enganando, entende? Então, se Deus é o nosso criador, precisamos ter bastante certeza de que Deus não está nos enganando ao nos criar da maneira como nos criou. Mas se Deus é completamente perfeito em todos os aspectos, ele não nos enganaria.

Portanto, nossas faculdades criadas não são enganosas. E a linha de pensamento na quarta meditação desenvolve esse tema ao lidar com o problema do erro. Bem, certo, vamos nos afastar do argumento da existência de Deus e analisá-lo por um momento.

Suponho que a maneira mais simples de classificá-lo seja como um argumento de causa e efeito para a existência de Deus. Um argumento de causa e efeito. Eu disse que não é um argumento cosmológico.

Não parte do cosmos, do cosmos físico. Não é um argumento teleológico que parte da estrutura ordenada do cosmos, como fez Tomás de Aquino. Mas ainda assim é um argumento de causa e efeito.

O efeito é a existência de uma mente e sua ideia de Deus. Ideia a partir disso. Argumento a partir disso.

Não se trata de um argumento ontológico, que no caso de Anselmo consistia em analisar a ideia de Deus e demonstrar que seria uma autocontradição lógica negar a existência de Deus. Não é esse o ponto em questão aqui. Mas Descartes, na Meditação 5, desenvolve um argumento ontológico.

Certo? Mas ainda não. Portanto, não confunda o argumento ontológico da Meditação 5 com o argumento causal da Meditação 3. Entende a diferença? Bem, se você se perguntar por que ele deixaria o argumento ontológico para a Meditação 5, por que não abordar tudo de uma vez na Meditação 3? A resposta é que ele não tem premissas lógicas suficientes. Que ele está tentando fazer isso de forma dedutiva e sistemática.

Porque, para formular um argumento ontológico, é preciso ter certeza de que aquilo que a razão humana julga ser logicamente necessário o seja de fato logicamente necessário. Não causalmente necessário, mas logicamente necessário. Portanto, se você pretende analisar a lógica interna do conceito de Deus ao formular um argumento ontológico, precisa ter confiança nas leis que regem a razão humana.

E é isso que o aguarda na Meditação 4. Portanto, ele não pode fazer a meditação ontológica até que tenha feito a Meditação 4. Algum comentário? Pergunta? Você acompanhou a linha de raciocínio ou quer repeti-la? Sim. Uma boa pergunta. Porque a metáfora da luz e da iluminação, sim, a metáfora da luz e da iluminação é algo que encontramos desde Platão.

Veja bem. Na tradição cristã, creio que tudo começa mais claramente com Agostinho, onde o Iluminismo é a luz do Logos divino iluminando a mente humana para que veja as rationes, essas verdades eternas, os pensamentos. Contudo, essa noção do Logos que ilumina a mente parece seguir duas direções diferentes na Idade Média.

Uma delas, obviamente, está na tradição agostiniana, que, como mencionei, se manifesta em pessoas como Boaventura, que falam do logos iluminando a mente em

vez de seguir a epistemologia aristotélica. Lembra? Por outro lado, embora Tomás de Aquino retome a doutrina do logos de Agostinho em termos do exemplarismo agostiniano, das ideias arquetípicas na mente de Deus, Aquino não fala do logos divino iluminando a mente humana, mas sim da luz da razão. A luz da razão.

A luz, por assim dizer, da razão natural. Ora, a diferença é sutil, porque a noção de iluminação de Agostinho não se limita a iluminar as mentes dos crentes, como se vê na teologia, mas se assemelha à noção do primeiro capítulo de João, de que o Logos ilumina todos os que vêm ao mundo. Em outras palavras, um conhecimento humano geral dos universais é possível graças à luz que o Logos emite. na mente humana.

Ele não está falando simplesmente de iluminar a mente com relação ao que as escrituras ensinam. Trata-se, portanto, de uma iluminação das capacidades naturais da mente. Bem, aqui em Tomás de Aquino, você vê, é a capacidade natural que lança a luz .

Não a luz sobre as capacidades naturais, mas sim as capacidades naturais que lançam a luz. Pelo menos, é assim que soa em Tomás de Aquino, mas quando chegamos a Descartes, creio que é explicitamente dessa forma. A luz da razão.

A luz natural da razão. A luz da natureza, entende? E é essa noção que está na base do Iluminismo do século XVIII.

Deus disse: "Deixe Newton em paz", e tudo se fez luz. De onde veio a luz? Do raciocínio científico de Newton. Então, acho que essa é uma boa pergunta.

Faz uma distinção entre a tradição agostiniana e a tradição cartesiana. Sim, sim. De modo que, mesmo na profundidade da dúvida, a mente não está na escuridão, mas, ah, entendi, mesmo na profundidade da dúvida, eu devo existir.

Há luz na escuridão. Sabe, por que ele usa a metáfora visual de uma ideia clara e distinta? Veja bem, precisa haver alguma luz na mente para que ela seja clara e distinta.

Parece que, de alguma forma, talvez eu não esteja entendendo direito, se o nosso conhecimento de Deus depende da nossa capacidade de pensar sobre essas ideias, então a ideia de Deus parece ser subjetiva à nossa capacidade de pensar. Bem, sim, mas e daí? Quero dizer, alguém pode ter uma ideia de Deus se não pensar sobre ideias? É por isso que os cachorros não têm ideias de Deus. Eles não pensam sobre ideias.

Eles têm imagens sensoriais, talvez, mas não ideias abstratas. A ideia de Deus é puramente subjetiva? Sim, e é exatamente isso que Marx, Freud e outros afirmam. Mas a questão é que uma ideia existe na mente.

A questão não é se a ideia existe na mente. Isso seria uma tautologia. A questão é se ela é verdadeira, se existe algo na realidade que corresponda à ideia na mente.

Então, na verdade, não é uma prova da existência de Deus. É uma prova, na verdade, da existência de Deus. Não, não, a ideia de Deus é algo que nos é dado.

Ele disse: " Eu tive essa ideia . A questão é: de onde eu a tirei? Entende ?" Ele elimina a possibilidade de ser uma ficção da sua própria imaginação, o que significaria dizer não a Freud. "Isso não é uma projeção do meu complexo de Édipo."

Entende ? Não é algo que eu inventei. Ele diz que não é acidental. Não é algo que tenha sido causado por vários outros fatores, segundo minha experiência.

Então, nesse sentido, não é como a ideia de um corpo físico que eu tenha visto. Não, parece que deve ser inato. Uma ideia inata é tão clara, tão distinta.

Entende ? Essa ideia de um ser infinito é algo tão grandioso. Que tipo de causa isso tem? Bem, a causa deve ser pelo menos tão grandiosa quanto o efeito. Deve ser exatamente o tipo de ser que eu imaginei.

Talvez você ache o argumento muito simples e que há algo de errado nele. Eu acho que há. Eu acho que há.

Creio que você pode apontar o problema, pelo menos no nível dos sintomas , com bastante facilidade. Ou seja, embora ele tenha uma ideia de um ser infinito e perfeito, ele não tem uma ideia perfeita de um ser infinito e perfeito. Portanto, a ideia não é a melhor ideia possível.

Portanto, a causa também não precisa ser essa. Veja bem, esse é o sintoma. Você pode perguntar: "Bem, então por que ele não percebe isso?". E eu acho que a questão é que ele não compreende suficientemente os fatores envolvidos no desenvolvimento das ideias humanas, incluindo a ideia de infinito.

Entende ? E por quê? Bem, acho que é porque existe uma tradição que vem dos antigos e da Idade Média, de que o conceito de infinito é impensável. É algo que a mente humana não consegue compreender: o conceito de infinito. No entanto, aqui tenho a concepção de um ser infinito.

Na matemática mais recente, sim, houve tentativas de conceituar a noção de infinito e como ela se desenvolve. A maneira mais simples de explicar como se chega ao conceito de infinito é dizer que você tem uma ideia de algo grande e começa a extrapolar, extrapolar e extrapolar um pouco mais, por assim dizer. E continua assim, até o fim.

E o que você obtém é o conceito de infinito. Então você pode explicar o conceito de infinito. Não, mas acho que, em termos de sua epistemologia, o problema subjacente é que esse critério, esse critério intuitivo para verdade, clareza e distinção, simplesmente não é tão confiável.

Tenho um amigo que costumava dizer que a única resposta necessária para alguém que afirma que uma ideia é perfeitamente clara e distinta é: "Bem, receio que não seja para mim". Ou então: "Bem, espere até eu terminar com você". Entende?

Existe clareza e distinção, que são uma questão de grau, e podemos achar que escrevemos algo perfeitamente claro em um texto ou prova que elaboramos, e então, quando o recebemos de volta, percebemos que não estava claro. Sabe, isso é um exemplo da experiência. Então, acho que é aí que reside o problema.

Mas você pode ver o que ele está fazendo, e o que eu mais estou tentando enfatizar em Descartes neste momento é o seu método. As limitações desse método fundacionalista são o que estamos descobrindo à medida que a linha de pensamento se desfaz. David? Bem, ele precisa de uma premissa sobre a confiabilidade da razão humana.

Ou seja, a confiabilidade da razão humana em seguir as leis da lógica, que são confiáveis. Sim. É disso que ele precisa.

Certo, e imediatamente você se apegando a uma objeção importante.